

# INTERESSE PÚBLICO E POLÍTICA NA PRÁTICA DO JORNALISMO DE DADOS NO BRASIL<sup>1</sup>

## DATA JOURNALISM, POLITICS AND PUBLIC INTEREST FRAMING

Marlise Viegas Brenol<sup>2</sup>

Maria Helena Weber<sup>3</sup>

**Resumo:** *Este artigo analisa o interesse público em pautas na prática reconhecida como jornalismo de dados no Brasil. Partimos do conceito de jornalismo como construção social expressa em forma de conhecimento do mundo externo associado à noção de redes de comunicação pública, a qual estabelece as relações e jogos de poder entre os atores no debate público qualificador das democracias. O objetivo é verificar quais temas são mais abordados entre praticantes do jornalismo de dados, considerando as questões que perpassam o acesso e a apropriação dos dados públicos. A análise de tematização considerou cem trabalhos publicados em veículos brasileiros, amostra colhida pelo método Bola de Neve. Entre os resultados, a maior parte se enquadra em temas políticos, evidenciando a associação do jornalismo de dados com as pautas de fiscalização do poder, dos meandros da administração pública e das relações entre os poderes, potencializando a percepção de que as técnicas de apuração em fontes documentais acessíveis por meio da implementação de políticas de transparência digital atribuem ao jornalista uma maior autonomia no acesso, leitura e interpretação das informações de Estado.*

**Palavras-Chave:** *Jornalismo de dados. Interesse Público. Transparência pública digital.*

**Abstract:** *This essay analyzes the public interest in assignments produced by data journalism's practise in Brazil. Considering journalism as a form of knowledge socially constructed expressing issues of external world associated with the notion of public communication networks, which establishes the relationships and power strategies between the actors in the public debate, which qualifies democracies. The objective is to verify which themes are most addressed among practitioners of data journalism, considering the issues that permeate the access and appropriation of public data. The analysis considered 100 pieces published in Brazilian vehicles, a sample collected with snowball method. The result verifies that most pieces approach political themes, indicating the association of data journalism with the assignments characterized by watchdog journalism. Such finding enhances the perception that the techniques of investigation in raw documents as sources give journalists greater autonomy in accessing, reading and interpreting State*

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação Política do XXIX Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, 23 a 25 de junho de 2020

<sup>2</sup> Marlise Viegas Brenol é doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: marlisebrenol@gmail.com

<sup>3</sup> Prof. Dra Maria Helena Weber é pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM-UFRGS), integrante do INCT-DD e coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Pública e Política (NUCOP) e do Observatório de Comunicação Pública (OBCOMP) E-mail: mhelenaweber@terra.com.br.

*information. Such potential was only viable in Brasil after the implementation of digital transparency policies.*

**Keywords:** *Data driven journalism. Public Interest. Digital Public Transparency.*

---

## **1. Introdução**

Este artigo analisa as temáticas predominantes na prática de jornalismo de dados no Brasil, a partir da classificação de tematização e subtematizações de cem trabalhos indicados como referência por jornalistas brasileiros. O objetivo é identificar que tipo de temas são mais abordados pelos jornalistas que utilizam a técnica de jornalismo de dados, considerando que este tipo de apuração é potencializadora da aproximação entre os jornalistas e o seu papel de fiscais do poder. Esta análise considera a tematização de interesse público como motor da rede de comunicação pública capaz de potencializar o debate público. Também assume que o jornalismo é o interlocutor profissional qualificado pelo uso de técnicas narrativas estruturadas pelo ethos profissional da busca da objetividade nos relatos para a prestação de serviço de mediação social.

Os jornalistas respondentes foram identificados pelo método Bola de Neve e responderam um questionário online em janeiro de 2019. Para atender ao objetivo deste artigo, vamos analisar as abordagens temáticas dos trabalhos aqui chamados de modalidades comunicativas com o uso de dados públicos. Consideramos modalidades comunicativas do jornalismo os diferentes formatos e gêneros de narrativa e delimitamos o nosso estudo pelo recorte de trabalhos que utilizam como fonte bases de dados de transparência pública digital, podendo estar apresentados em modalidades comunicativas nos formatos estático, interativo, multimídia ou personalizado (BRENOL, 2019). Por estática entendemos o formato espinha dorsal predominantemente texto escrito. Por interativo, consideramos os infográficos com desenvolvimento de funcionalidades reativas programadas previamente para atribuir opções de navegação ao usuário. Por multimídia, as modalidades predominantemente construídas pela composição de áudio, vídeo, texto. Por personalizado, entendemos ferramentas digitais que permitem ao usuário cruzamento de dados para gerar resultados fracionados de acordo com o seu interesse, bem como possibilitam a coparticipação na narrativa. A análise seguirá categorização de enquadramento como sensíveis, vitais e políticas (WEBER, 2017).

O ponto de partida para compor o corpus de análise para tematização é uma pesquisa para constituição da rede de jornalistas-alvo e a captação da percepção deles sobre os seus trabalhos e os trabalhos de colegas que eles consideram referência em jornais e webjornais. Portanto, a análise de tematização nos permitiu inferir quais os temas de interesse público são mais abordados pelos jornalistas como referência na sua área de jornalismo de dados.

Entendemos que o jornalismo historicamente foi afetado pelos fatos históricos e pelas relações com o governo expressando diferentes formatos de narrativa, desde notícias curtas no *Penny Press*, passando pela reportagem interpretativa, *muckraking* no início do século, que deram origem ao jornalismo investigativo, relatos humanos sobre comportamento de militares de guerra, relato da realidade fotográfica, reprodução de pseudoeventos até os repórteres testemunhais em primeira pessoa. Ao longo da história, os formatos da narrativa jornalística foram afetados pela tecnologia e pelas relações de poder com o governo. Também houve o impacto da chegada nas redações das novas gerações de jornalistas com formação superior específica. Essa prática profissional passou a “professar” (HUGHES, 1963, p. 656) um *ethos* (TRAQUINA, 2018; PARK, 2008) a partir da vocação na qual o conhecimento de uma área do saber é usado e aplicado em prestação de serviço aos outros ou na prática de uma “arte” baseada nesse saber, mantendo na lida dos relatos e narrativas o papel de mediar os assuntos de interesse amplo da sociedade na qual se insere. É nesse contexto que se insere a construção social do ethos de fiscal governamental ou de poder mediador da imprensa como Quarto Poder (ALBUQUERQUE, 2008).

Nesta análise, nos associamos a Weber (2017) na abordagem sobre temas de interesse público por categorização em sensíveis, vitais e políticos. A autora especifica os diferentes âmbitos para conceituar as redes de comunicação pública vinculadas a “instituições e públicos com movimentação contínua e estratégica tais como as redes governamentais e mediáticas ou de movimentação eventual (também estratégica) dependendo do tema em questão” (WEBER, p. 44, 2017). A análise deste artigo centra nos temas produzidos pelo jornalismo e publicados em jornais ou webjornais e não nos demais âmbitos ou atores da rede de comunicação pública.

Este texto está organizado em: a discussão teórica sobre o conceito de jornalismo de dados e as políticas públicas de transparência digital; a análise temática propriamente dita; discussão e considerações finais sobre a relação do jornalismo de dados e a comunicação pública.

## 2. O jornalismo de dados e transparência pública digital

O jornalismo de dados como prática na contemporaneidade é resultado de, pelo menos, três fatores: 1) uma aculturação da comunidade de jornalistas com a técnica do meio digital, buscando aprender as características do novo meio e incorporando novas condutas na medida em que a internet estabeleceu a convergência dos meios; 2) a intensificação de políticas públicas de acesso a dados governamentais de interesse público em formatos abertos e manipuláveis, o que ampliou a quantidade de base de dados à disposição como fonte; 3) a disponibilidade de softwares para extração, limpeza, análise e visualização de dados, tornando o produto da reportagem jornalística de dados mais preciso, multimídia e rastreável, ou seja, reproduzível como método científico de investigação.

A noção de jornalismo de dados está diretamente vinculada à noção de objetividade jornalística. A indústria de mídia do século XX forjou a partir de uma conduta profissional comum aos pares a profissionalização do jornalismo como forma de conhecimento (PARK, 2008; SCHUDSON, 2010; GENRO FILHO, 1987) vinculada a valores notícia construídos socialmente. A linguagem jornalística esteve assim apoiada sobre o relato o mais objetivo possível em relação ao fato sobre o qual se narra. O texto deveria ser escrito em ordem direta, de forma objetiva, clara, coesa, utilizando dados entre eles números, medidas, pesos e analogias quando necessário para descrever a notícia. A discussão entre a subjetividade versus a objetividade jornalística estava no centro do interesse do repórter Meyer (2002) quando ele escreveu o clássico *Jornalismo de Precisão*. O autor propunha que os jornalistas se apropriassem de métodos das ciências sociais para investigar as pautas e assim se afastassem do senso comum opinático. O autor propôs um método objetivo para desafiar os textos dos colunistas de jornais locais de Los Angeles, à época, que escreviam sobre as manifestações de rua de minorias considerando que os manifestantes via de regra eram pessoas pouco instruídas, imigrantes com dificuldade de adaptação e de baixo poder aquisitivo. Meyer estruturou um método de sondagem com uma amostra de manifestantes e o resultado contrapôs o senso comum dos colunistas: a maior parte dos manifestantes tinha pelo menos o ensino médio e não era imigrante sulista. Meyer havia estruturado um banco de dados, números, porcentagens para chegar a essa conclusão.

Ao longo da segunda metade do século XX, os conceitos de jornalismo de precisão foram incorporados por um grupo de jornalistas que passou a usar os computadores como

auxiliares na produção e nos processos jornalísticos, esse grupo era reconhecido como praticante de RAC (reportagem assistida por computadores). Eles tinham familiaridade com os softwares e com o hardware e faziam melhor uso de editores de textos, tabelas, planilhas, programações visuais e outros recursos. Mais tarde, esses repórteres também foram os pioneiros no uso de busca avançada em bases de dados e em mecanismos de indexação como Cadê, Yahoo e Google. Esse era um grupo que estava mais vinculado ao conjunto de profissionais identificados com o jornalismo investigativo e mais tarde os jornalistas que se dedicariam a aprender a linguagens de programação computacional explorar pautas por meio de apuração no meio digital. Muitos autores também associam o jornalismo de dados ao jornalismo investigativo (BRADSHAW, 2014, 2012; TRASEL, 2014; NASCIMENTO, 2007). Assim, o jornalismo de precisão inspirou a prática da reportagem assistida por computadores que antecedeu o jornalismo de dados (BARBOSA, 2007, 2013; TRASEL, 2014; GRAY e BONEGRU, 2012) e o jornalismo computacional (STAVELIN, 2013).

A relação dos jornalistas com os computadores pode ser dividida em três fases: a partir dos anos 1980, com a chegada dos computadores às redações, os jornalistas começaram a utilizar os computadores como auxiliar na reportagem, produção, apuração, redação, diagramação, etc. A partir da chegada da internet de amplo acesso em 1995, os jornalistas passaram a usar os computadores não apenas como ferramentas, mas como estrutura de trabalho para produção, edição e circulação do jornalismo. E na fase mais recente, pós-2010, quando o ambiente digital passou a ser visto pelos jornalistas como loco de fonte jornalística. Ao longo dessas etapas, os jornalistas foram aos poucos se familiarizando com a nova tecnologia e com as características do ambiente digital multimídia e hipertextual.

A terceira fase foi também embalada por políticas públicas de transparência digital que impulsionaram a disponibilização de dados públicos digitais (BRENOL, 2019) em vários países e no Brasil, em especial, com a Lei de Acesso a Informação (LAI, 2013). A possibilidade de consolidar o uso e apropriação de dados públicos, utilizando técnicas do jornalismo de dados, criou no campo profissional uma rede de jornalistas identificados com a prática e com a noção de mediação do debate público para provocar impacto em ações políticas e de gestão pública (BRENOL, 2019).

A potencialidade de reforçar o ethos profissional a partir de uma prática mais objetiva e precisa de fiscalização do poder, com mais autonomia, mais tempo e mais fontes, gerou no grupo um sentimento de união e uma necessidade de aprendizagem das técnicas. O chamado

jornalismo de dados ou jornalismo guiado por dados se tornou um argumento de defesa do papel social da profissão em um ambiente cada vez mais tomado pela desinformação. Assim, os jornalistas iniciaram o processo de trabalhar a apuração, a análise e as formas de visualização em ambiente multiplataforma, utilizando as características próprias do jornalismo digital, as ferramentas digitais de análise e as técnicas clássicas de apuração jornalística. Jornalismo de dados é, antes de qualquer nomenclatura, jornalismo.

Bradshaw (2012) desenvolveu um esquema chamado de pirâmide invertida do jornalismo de dados. Segundo o autor, o repórter que vai trabalhar com grandes volumes de dados deve primeiro compilar os dados, ou seja, reunir as bases de dados que interessam para o tema em questão, depois limpar os dados, ou seja, aplicar fórmulas simples que possam identificar em uma planilha termos sobrepostos, entradas duplicadas ou vazias, erros de leitura, formatação incongruente e outros, contextualização dos dados, afinal quem levantou esses dados, com qual método e com que objetivo, para que qualquer viés possa ser considerado na narrativa e combinação de bases de dados, ou seja, cruzamento de dois grupos de dados, por exemplo, dados sobre desempenho de escolas municipais com dados geográficos de localização física das escolas para gerar uma interação sobre essas informações. Mas o compilar, limpar, contextualizar e combinar são a primeira parte, a parte da apuração jornalística dos dados. As informações geradas nessa análise devem ainda ser complementadas com outras técnicas jornalísticas como entrevistas com fontes e especialistas e com pessoas que possam representar empaticamente esses números. Bradshaw (2012) complementa as etapas do processo com a fase que ele chama de comunicação a qual inclui visualização, ou seja, adequação dos dados à linguagem gráfica, narrativa, redação textual de começo, meio e fim, socialização, espalhamento em mídias sociais, humanização, ilustração com histórias de pessoas reais em especial para TV e rádio criando empatia na narrativa, personalização, quando abre a possibilidade de o leitor recortar informações de acordo com sua região, idade ou interesse e utilização, quando o jornal pode utilizar os dados para desenvolver ferramentas digitais como calculadoras, buscadores de empregos, buscador de candidatos a eleições e outros recursos. Anterior às etapas do processo idealizadas por Bradshaw está a pauta jornalística e a escolha do tema sobre o qual a reportagem vai tratar. As escolhas editoriais, ou seja, quais temas são abordados no jornalismo de dados praticado no Brasil é justamente o foco deste artigo.

### 3. O método e a análise

A análise considera cem (100) trabalhos indicados por jornalistas mapeados por Brenol (2019) em pesquisa realizada pelo método Bola de Neve (HANNEMAN; RIDDLE 2005; VINUTO, 2014) para que os próprios jornalistas que trabalham com o uso de dados públicos indicassem as publicações que melhor representam o campo. O estudo partiu da seleção a priori pelo pesquisador de cinco jornalistas denominados sementes, ou seja, os primeiros a responder o questionário, selecionados pelo perfil de atuação em redações de jornais digitais como repórteres ou editores vinculados a áreas de dados ou de jornalismo investigativo. As indicações de nomes e de trabalhos foram se desenrolando até atingir o ponto de saturação da rede em 56 nomes e 123 trabalhos. O ponto de saturação é atingido quando há repetição de nomes e de trabalhos. O ponto de saturação pode ser visualizado a partir da análise de rede social (ARS) com o uso de softwares (Ucinet, Netdraw e GraphCoiffure) aplicando as métricas de proximidade de nós, centralidade de nós e intermediação de nós. A intermediação das sementes na rede de jornalista mapeados é evidenciada pela proporção das figuras na imagem do mapa (FIG. 1). Quanto mais citado, maior a proporção, sendo S semente, R respondente e NR não respondente. A rede considera todos os atores citados pelo grupo, pois mesmo os não respondentes são afetados pelo grupo e recebem informações pelos laços de influência construídos por proximidade (BRENOL, 2019).

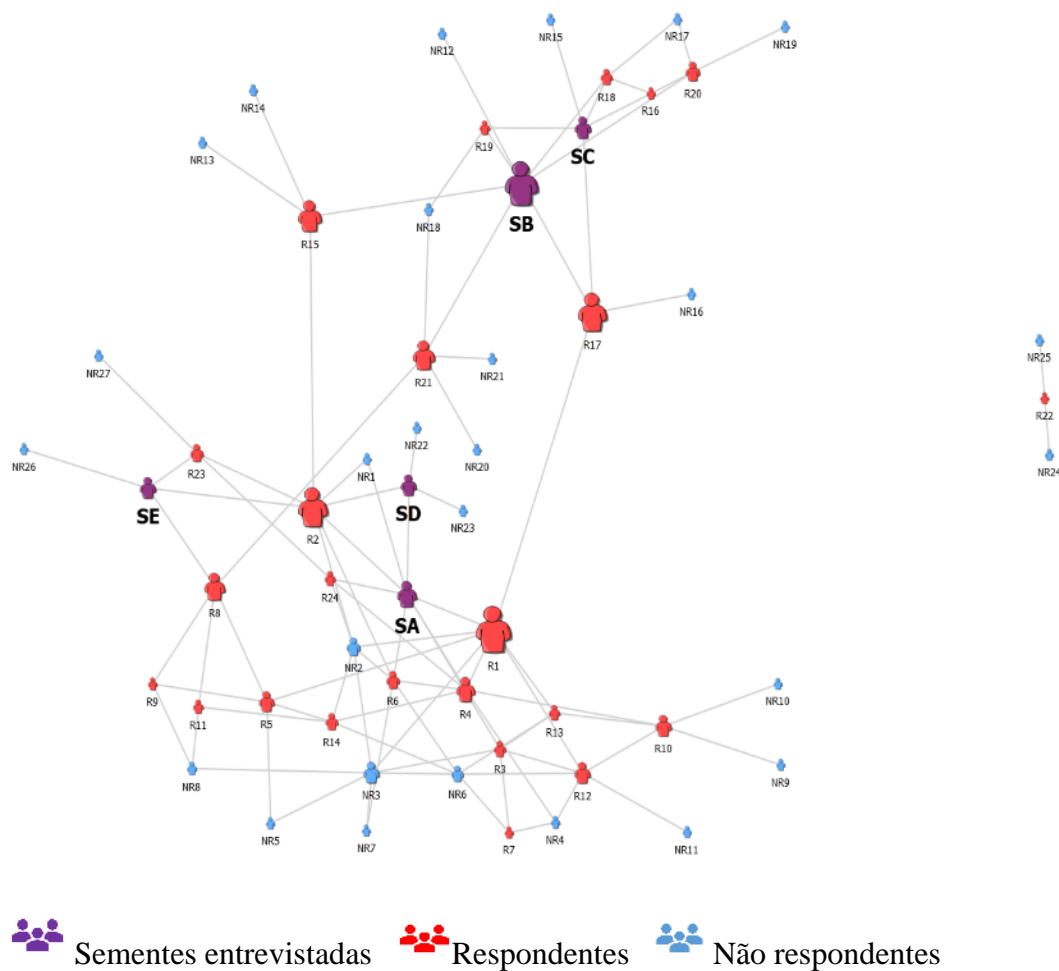


FIGURA 1 – Grafo ilustra a intermediação de nós  
 FONTE – Imagem elaborada pela ferramenta GraphCoiffure

Em função da indicação de trabalhos que não se encaixavam no processo ou no perfil do jornalismo de dados brasileiro, 23 trabalhos indicados foram descartados. Portanto, a análise considerou cem (100) unidades. Cada respondente contribuiu com de zero até seis trabalhos, três seus e três de referência no campo de atuação. Os trabalhos foram primeiro classificados por características forjadas em categorias de modalidades comunicativas em formato estático, multimídia, interativo e personalizado (BRENOL, 2019) e depois pela tematização de interesse público, conforme tabela 1.



TABELA 1  
 Categorização de temas

Temas Sensíveis (1 citação)	Temas Vitais (35 citações)	Temas políticos (64 citações)
questões religiosas comportamentais preconceituosas discriminatórias ex1: aborto ex2: casamento homoafetivo	liberdades políticas acesso à saúde alimentação emprego segurança educação ex 1: censo populacional ex 2: rede pública de ensino	cargos corrupção impostos mudanças governamentais poder ex 1: impeachment ex 2: nepotismo

x

FONTE – BRENOL, 2019, p. 166.

A análise desenvolvida levou em consideração as modalidades comunicativas indicadas pelos jornalistas respondentes. De todos os trabalhos indicados, apenas um se encaixa na tematização chamada de sensível, 35 foram classificados entre temas vitais e 64 em político - 23 não foram classificados por não se enquadrarem na amostra<sup>4</sup>. A seguir, a análise ilustrativa dos trabalhos analisados por pertinência ao tema, considerando a escassez de opções no tema sensível, os subtemas mais proeminentes em vitais (educação e segurança pública) e uma representação mais ampla dos subtemas políticos abarcando pelo menos um de cada subcategoria (Executivo, Judiciário, Legislativo, corrupção, eleições, finanças públicas).

### 3.1 Temas sensíveis

Os temas menos referenciados pelos respondentes foram os sensíveis. Apenas um jornalista indicou como trabalho do campo de atuação de uso de dados públicos uma reportagem sobre comportamento. Foi a notícia “Casamentos caíram pela metade no RS de 2015 para 2018, seguindo tendência nacional”, um levantamento feito pela reportagem do

<sup>4</sup> Não se enquadram na amostra trabalhos indicados com uso de dados públicos de outros países como EUA e Grã-Bretanha. Também não se enquadram trabalhos com uso de dados sociais – como acesso a streamings de músicas e plataformas de vídeo.

portal Gaúcha ZH cruzando os dados dos registros dos cartórios gaúchos com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados foram apresentados em texto e mapa interativo no qual o leitor pode filtrar a informação por município do Rio Grande do Sul.

## Casamentos caíram pela metade no RS de 2015 para 2018, seguindo tendência nacional

Crise econômica e mudança cultural sustentam queda em registros de cartórios

09/01/2019 - 01h05min  
Atualizada em 09/01/2019 - 14h29min

  
**MARCEL HARTMANN**

Em acordo com tendência nacional, os gaúchos estão casando, morrendo e nascendo menos nos últimos quatro anos – e a maior queda é nos matrimônios. Em 2018, a taxa de uniões registradas em cartório a cada 1 mil habitantes no Rio Grande do Sul foi de 2,2, quase metade do índice registrado em 2015, de 4.

A análise de [GaúchaZH](#) é um cruzamento dos registros de 2015 a 2018 de todos os cartórios gaúchos, fornecidos pela Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen), e da população estimada do país e de cada um dos 497 municípios gaúchos ano a ano, conforme o [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística \(IBGE\)](#). Algumas cidades não constam na análise porque não têm cartório – nesses casos, a população se dirige a uma localidade vizinha.

Em 2015, cartórios espalhados pelo Rio Grande do Sul registraram 45,7 mil casamentos homo e heterossexuais para uma população de 11,2 milhões (quatro a cada 1 mil habitantes). Ano após ano, as celebrações de amor perante o Estado diminuíram, apesar de a população

**MAIS LI**

"BBB 19": enquetes  
eliminação de par  
com mais de 60% c

Duas notícias boas

FIGURA 2 – Casamentos caíram pela metade no RS  
FONTE – Reprodução site GaúchaZH

Os temas sensíveis como casamentos, religião, preconceito e aborto não foram tão citados pelos jornalistas que usam dados públicos para elaborar suas reportagens. Entendemos que os temas sensíveis são abordados a partir de uma perspectiva mais comportamental, com narração de histórias de vida e experiência humana e talvez menos na exatidão dos números e dados. No entanto, dados do Censo demográfico do IBGE, por exemplo, poderiam ser utilizados para promover o debate público mais amplo nesse tema. A abordagem jornalística de preconceitos no sentido de violência contra a mulher e contra homossexuais acabou se enquadrando em temas vitais relacionados à segurança pública.

### 3.2 Temas vitais

As modalidades comunicativas que se enquadram nos temas vitais foram referenciadas 35 vezes pelos respondentes e classificadas por nós nos subtemas educação (14), segurança pública (11), saúde (4), emprego (4) e transporte público (2). Nas questões de educação predomina o debate público sobre o desempenho dos estudantes no Enem a partir dos dados de resultados da prova e também análise do perfil dos inscritos, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Inep. Outro assunto do subtema tem relação com o financiamento estudantil, em especial, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) do Ministério da Educação (MEC). Foi criado em 2001, intensificado de 2010 a 2014, como mostra infográfico produzido pelo jornal O Estado de São Paulo (FIG 3).

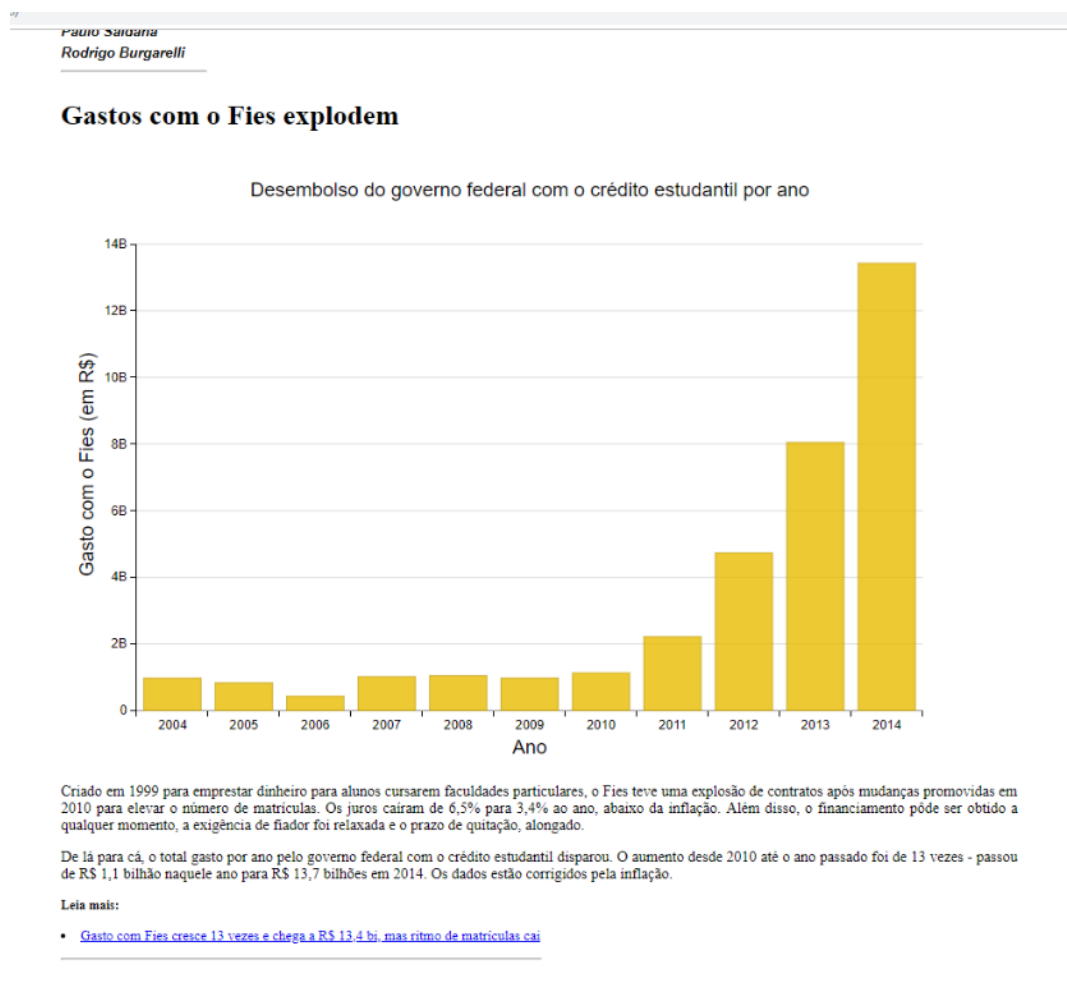


FIGURA 3 – Casamentos caíram pela metade no RS

FONTE – Reprodução site do jornal O Estado de São Paulo, 03.02.2019

O subtema segurança pública foi bastante citado pelos respondentes. O especial Monitor da Violência do G1, por exemplo, expõe a ineficiência do Estado para manter atualizados dados públicos sobre mortes violentas no país. Com estrutura para apuração das informações em todos os Estados brasileiros, o portal G1 organizou uma metodologia em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública com o objetivo de, segundo o texto do G1, discutir a questão da violência no país e apontar caminhos para combatê-la. Os dados foram reunidos em uma página digital com um layout e programação próprios desenvolvidos para agregar os dados levantados pela redação mês a mês (FIG4).

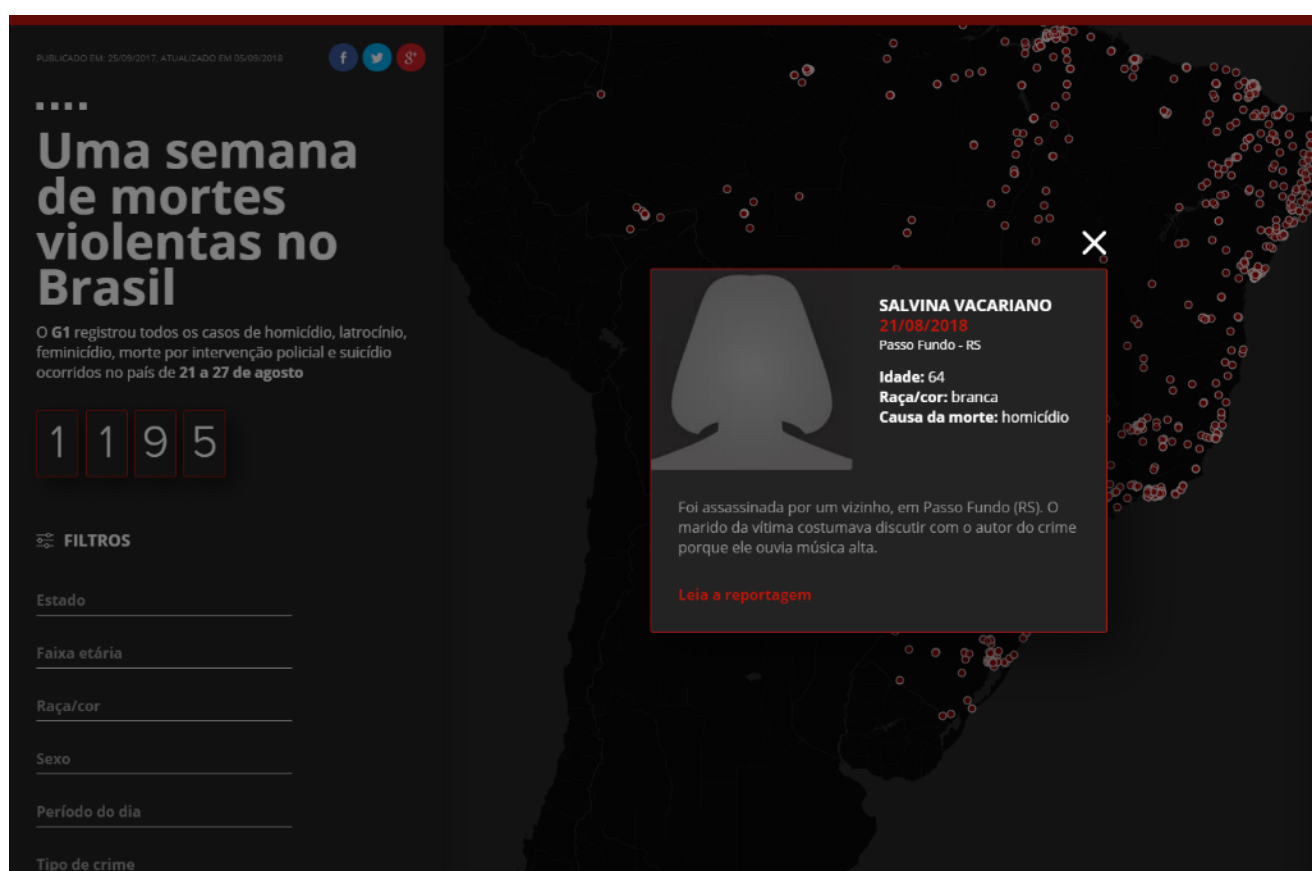


FIGURA 4 – Monitor da Violência  
FONTE – Reprodução site G1, 05.02.2019

O Monitor da Violência, do G1, obteve reconhecimento internacional em 2018 com o prêmio “preferência do público” do Data Journalism Awards, organizado desde 2012 pela Global Editors Network, segundo o próprio site. Interessante destacar que o trabalho do especial produzido pelo portal G1 contou com um grupo de mais de cem pessoas envolvidas entre repórteres, editores, designers, desenvolvedores e outros. Os créditos extensos mostram muitos atores envolvidos em produzir o debate público. O subtema de saúde tem relação com

dados da Força Aérea Brasileira (FAB) que geraram uma discussão sobre o uso de transporte aéreo para conduzir órgãos humanos para transplante. Os dados mostram que as aeronaves vinham sendo usadas mais para transporte de políticos do que para salvar vidas. A Aeronáutica não é obrigada por lei a transportar órgãos para transplante, mas a reportagem apurou que existe um termo de cooperação envolvendo o Ministério da Saúde, as empresas de aviação comercial e a FAB. Quando não há rotas comerciais ou existe uma urgência, a FAB é acionada. O debate público levantado pela reportagem versa sobre o uso – previsto em lei – do mesmo transporte para autoridades, enquanto órgãos humanos não chegam em tempo hábil ao destino. O jornal O Globo solicitou os dados das recusas emitidas pela Central Nacional de Transportes via Lei de Acesso à Informação. A reportagem foi publicada pelo repórter Vinícius Sassini em 05.06.2016 e impactou em um decreto presidencial assinado pelo presidente Michel Temer para que uma aeronave ficasse sempre à disposição para transporte de órgãos para transplante. O trabalho com dados produzido pelo repórter em formato reportagem *longform* com fotos, vídeos e texto produziu o debate público ao acionar outros atores políticos e mobiliza-los à ação. Recebeu ainda uma premiação pela Associação dos Magistrados do Rio de Janeiro (Amaerj).

### **3.3. Temas políticos**

As modalidades comunicativas que se enquadram nos temas políticos foram referenciadas 64 vezes pelos respondentes, com os seguintes subtemas: poderes Executivo (12), Judiciário (5), Legislativo (18), corrupção (6), eleições (12), finanças públicas (11).

Do Executivo Federal, se destacam duas pautas relacionadas aos entraves para conseguir dados públicos por meio da Lei de Acesso à Informação. O jornal O Globo publicou em maio de 2015 com o título “Lei de acesso desrespeitada por órgãos do governo” uma reportagem assinada pelo jornalista Francisco Leali citada por dois entrevistados como referência de uso de dados. O repórter levantou que dos 235,7 mil documentos desclassificados como confidencial, secretos ou ultrassecretos boa parte, 68% eram do Exército, que estava barrando a consulta – mesmo com a garantia da lei. O texto provoca o debate público sobre os documentos secretos e ultrassecretos mantidos pelo governo, em especial, aqueles dos arquivos do Ministério das Relações Exteriores e expõe a dificuldade dos poderes de disponibilizar documentos antigos para consulta do cidadão.

A outra reportagem intitulada “Itamaraty propõe burlar lei para proteger Lula” (FIG5) dá publicidade para uma tentativa do ministro João Pedro Correa, diretor do Departamento

de Comunicações e Documentação (DCD) do Itamaraty, de proteger documentos que por lei já deveriam estar disponibilizados para consulta pública pela LAI. A reportagem (Figura 4), publicada em junho de 2015, destaca a reprodução do memorando interno que cita a Odebrecht e o ex-presidente Lula e sugere reclassificação para secreto.

pergunta abaixo, do jornalista Filipe Coutinho Lázaro Furtado, solicitando cópias de expedientes telegráficos de 2003 a 2010 classificados, na origem, como "reservados" mas cujo prazo de sigilo já teria expirado:

Documentos que inicialmente foram classificados como RESERVADOS e produzidos entre 01/01/2003 e 01/05/2010 e que, portanto, já são públicos em razão do prazo de sigilo já ter expirado. E que cite a empresa Odebrecht."

distribuição é de unidade dessa Subsecretaria. Nos termos da Lei de Acesso à Informação, estes documentos já seriam de livre acesso público. Não obstante, dado o fato de o referido jornalista já ter produzido matérias sobre a empresa Odebrecht e um suposto envolvimento do ex-Presidente Lula em seus negócios internacionais, muito agradeceria a Vossa Excelência reavaliar a anexa coleção de documentos e determinar se há, ou não, necessidade de sua reclassificação para o grau de secreto

Trecho do documento em que o diretor do Itamaraty cita Lula e a Odebrecht Foto: Reprodução / O Globo

BRASÍLIA - O Ministério das Relações Exteriores deflagrou ação para evitar que documentos que envolvam o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a Odebrecht, empreiteira investigada na Operação Lava-Jato, venham a público. A ordem interna partiu do diretor do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD) do Itamaraty, ministro João Pedro Corrêa Costa, depois que o órgão que ele dirige recebeu um pedido de informações de um jornalista baseado na Lei de Acesso à Informação. O GLOBO obteve um memorando que ele disparou, na última terça-feira, sugerindo a colegas do Itamaraty que tornassem sigilosos documentos "reservados" do ministério que citam a Odebrecht entre 2003 e 2010,

FIGURA 5 – Itamaraty propõe burlar lei para proteger Lula  
FONTE – Reprodução jornal digital O Globo, 06.02.2019

O texto dos repórteres Francisco Leali e Catarina Alencastro explica que o documento foi enviado à Subsecretaria-Geral da América do Sul, Central e do Caribe (Sgas) motivado por um pedido feito por meio da LAI pelo jornalista Filipe Coutinho, então na revista Época. Por meio do serviço de atendimento ao cidadão, Coutinho solicitou os telegramas e despachos reservados do ministério que citam a Odebrecht. O texto enfatiza que o jornalista

não faz referência a Lula, a citação ao ex-presidente aparece apenas na justificativa dada pelo chefe do DCD ao sugerir a reclassificação dos documentos.

O subtema Judiciário somou cinco citações entre os trabalhos referenciados pelos respondentes. Duas notícias foram sobre o tempo de julgamento do processo contra o ex-presidente Lula, menor do que o tempo médio de processos no Tribunal Regional Federal (TRF4), reportagens produzidas antes do julgamento e condenação do presidente, com base em dados do próprio Judiciário. Uma foi sobre um problema no sistema do Judiciário que permitiu o vazamento de dados sobre as ocorrências de vítimas de estupro. E outra intitulada “Brasil possui ao menos 58 mil autoridades, de 40 cargos, com foro especial”, publicada em 24.04.2018 pelo jornal Folha de S. Paulo, com dados extraídos do Conselho Nacional de Justiça e portais de transparência municipais e estaduais. O debate público se estabeleceu mais no âmbito dos poderes municipais, estaduais e federais, em especial nas casas legislativas.

Houve citação sobre o Judiciário relacionada à pauta sobre a família do ministro Gilmar Mendes, com a notícia intitulada “Filho de Gilmar comprou cotas de faculdade por R\$ 12 milhões no mesmo dia de empréstimo do Bradesco“, a reportagem de dados produzida pelo repórter Felipe Coutinho mostra com informações do Banco Central que o banco Bradesco teria praticado taxas menores para empréstimo concedido a filho de ministro para financiar o Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), patrimônio da família do ministro.

Sobre o subtema Legislativo, registramos 18 citações. Entre os trabalhos mais citados estão as ferramentas interativas Basômetro (3) e Ruralômetro (3), modalidades comunicativas personalizadas, a partir das quais o leitor pode filtrar e cruzar os dados que mais lhe interessem sobre o desempenho dos parlamentares, partidos e votações. As duas ferramentas potencializam o debate público por gerarem um potencial de participação e também servirem de fonte de informações para notícias textuais e outras modalidades comunicativas multimídia. Nas páginas das duas ferramentas há uma lista de links para as notícias geradas a partir de recortes de dados por meio da navegação na ferramenta.

O Ruralômetro (FIG6) é uma ferramenta interativa desenvolvida pela organização não-governamental Repórter Brasil com o objetivo de monitorar a atuação dos deputados federais eleitos em 2014 na agenda do setor rural no país, mensurando o impacto socioambiental dos projetos propostos por cada político eleito e o comportamento de voto dos mesmos nas sessões do plenário. A ferramenta se propõe a medir a temperatura de atuação dos parlamentares. Cada projeto foi avaliado por critérios desenvolvidos por organizações do



setor ambiental, especialistas e jornalistas para classificar como impacto positivo e negativo. Quanto pior o impacto, mais alta a "febre" do parlamentar.

**Figura 5 – Temas políticos (Legislativo) - Ruralômetro**

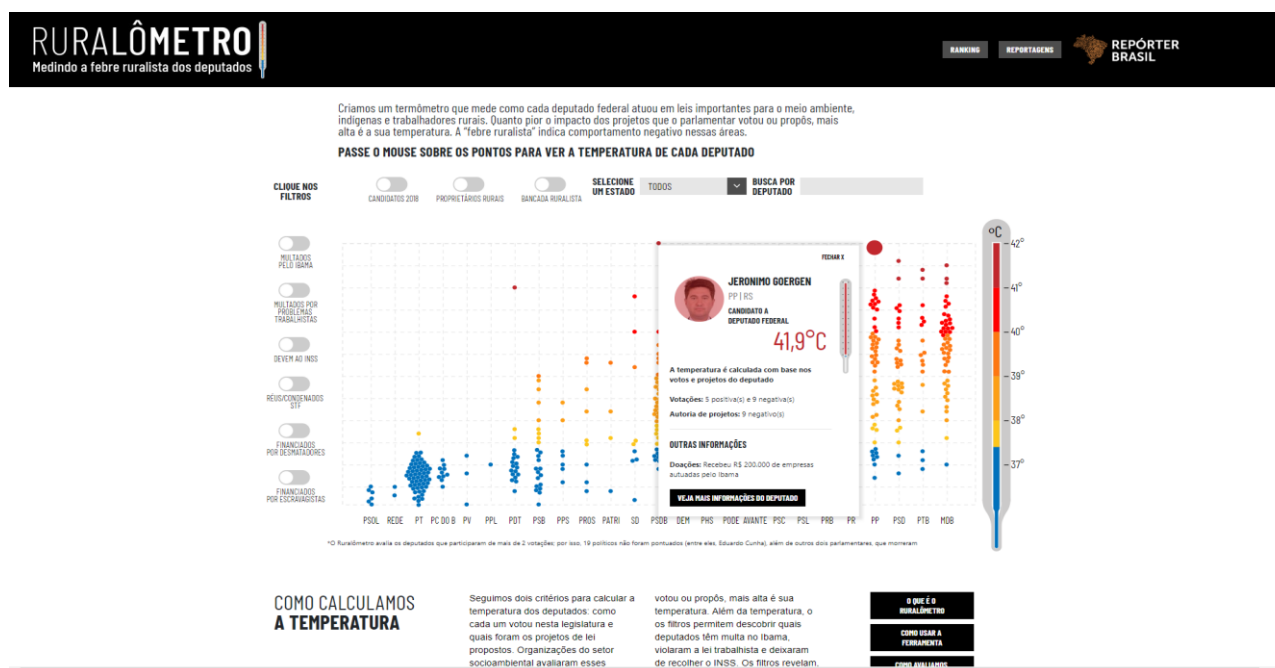


FIGURA 6 – Ruralômetro  
FONTE – Reprodução do site Ruralômetros em 10.02.2019

Os pontos no gráfico indicam cada um dos deputados analisados pelo impacto baixo, em cores azul, e alto, em cores vermelhas. Um dos deputados com o impacto mais negativo (vermelho) é da bancada gaúcha. Jerônimo Goergen (PP-RS) foi autor de nove projetos com impacto socioambiental negativo. Além disso, recebeu R\$ 200 mil de empresas denunciadas por trabalho escravo ou autuadas pelo Ibama. A temperatura do deputado Goergen é de 41,9 graus na escala do Ruralômetro.

Percebemos que o especial tem a intenção de provocar o cidadão e a própria imprensa a fiscalizar a atuação dos parlamentares em relação às causas socioambientais. O tema de interesse público é relevante socialmente e o jornalismo cumpre a finalidade de fornecer às pessoas as informações que elas precisam para tomar suas decisões. O formato de ferramenta interativa em modalidade comunicativa personalizada torna o infográfico além de significativo, interessante para o leitor. As informações para o desenvolvimento do algoritmo de programação e os critérios de filtragem dos dados foram apurados pela equipe de reportagem para que fosse possível elaborar a equação de medição da temperatura no termômetro de impacto socioambiental. Segundo o site, o trabalho foi desenvolvido por uma equipe

multidisciplinar que envolve jornalistas, programadores, designers, estatísticos e analistas de dados. Observamos na ferramenta interativa Ruralômetro as características predominantes de interatividade seletiva, considerando que há uma programação prévia de opções da ferramenta pelas quais o cidadão pode navegar para avançar nos conteúdos e informações fornecidas. O leitor pode optar por navegar por partido, por estado ou pelo nome do parlamentar para acessar as informações de forma individualizada. Há ainda um recurso de download dos dados acessados e dos dados usados para elaboração da ferramenta o que permite ao leitor a manipulação individual com foco no seu interesse.

No subtema Eleições classificamos 12 trabalhos. Entre as modalidades citadas mais de uma vez estão o especial da Folha de S. Paulo, Eleições S.A, categorizado como modalidade comunicativa estática por manter o formato texto padrão sem recursos interativos, multimídia ou de programação para a internet. O trabalho levanta o debate público sobre financiamento de campanha com dados do Tribunal Superior Eleitoral, em 1995. Apesar de ser anterior às políticas públicas de transparência digital, a investigação foi feita em computadores do próprio TSE e está disponível no acervo digital do jornal.

Outro trabalho destaque é uma ferramenta interativa do Estadão intitulada “Como votou a sua vizinhança” (FIG7). Com o desenvolvimento de um algoritmo próprio de programação, a equipe do jornal cruzou o resultado das eleições de 2018, informações geográficas do Google Maps e os setores censitários do IBGE para elaborar mapas eleitorais que detalham como foi o voto do brasileiro em cada local de votação do país. Assim, a reportagem mostra como o entorno de cada colégio eleitoral votou em 2018 para presidente da República, governador, deputados e senadores.

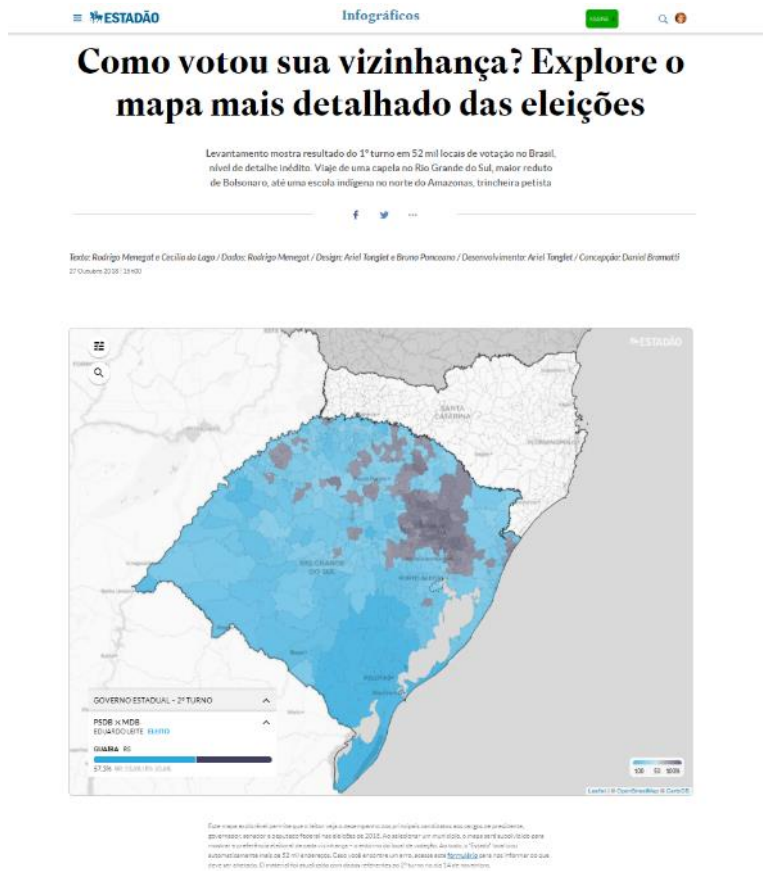


FIGURA 7 – Como votou a sua vizinhança. Explore o mapa mais detalhado das eleições  
 FONTE – Reprodução do site do jornal O Estado de S. Paulo

As 11 citações de trabalhos com o subtema finanças públicas têm relação com a atuação de vigilância e campo de interesse de um jornal local no Rio Grande do Sul. Quatro trabalhos referenciados são assinados pela mesma repórter, a Juliana Bublitz, sendo que o “Raio X das finanças do RS: como Rigotto, Yeda e Tarso administraram as contas” (FIG8) foi citado por dois respondentes. A reportagem mostra uma radiografia das finanças estaduais entre 2003 e 2014, dados conseguidos por transparência passiva via LAI sobre as aplicações de verbas em saúde, educação e segurança e desembolsos com pessoal e custeio nos três mandatos.

### Despesas x Receitas

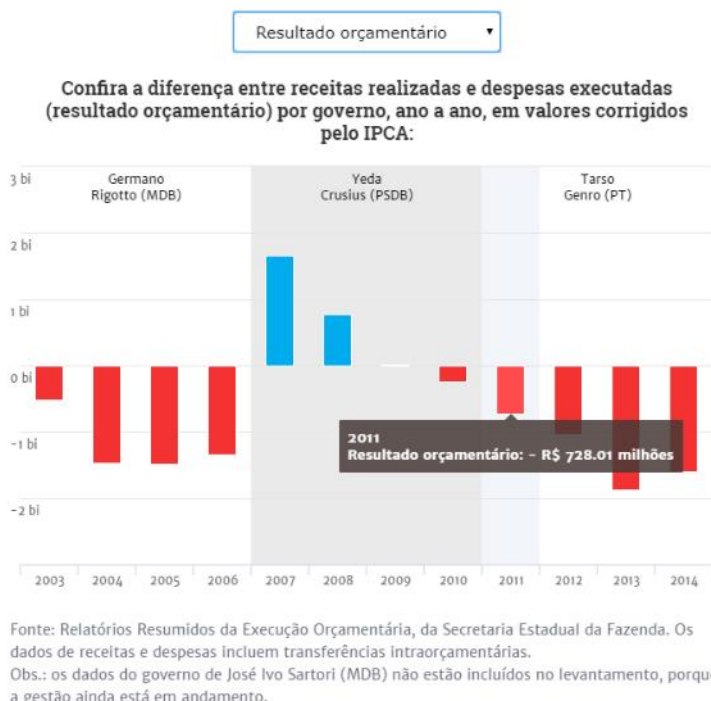


FIGURA 8 – Raio-X das Finanças no RS  
FONTE – Reprodução site GZH, 10.02.2019

O assunto promove o debate público sobre a gestão financeira do Estado do Rio Grande do Sul, uma questão recorrente de interesse público que baliza discussões políticas e estratégias de governo, debates eleitorais e também a discussão sobre renegociação de dívidas com o governo federal.

#### 4. Discussão

As modalidades comunicativas com o uso de dados públicos digitais foram categorizadas por tematização e subtematização a partir de Weber (2017) em pautas sensíveis, vitais e políticas. Como na categoria sensível enquadrámos apenas uma reportagem, não fizemos subtematização. Na categoria vitais identificamos 35 trabalhos e os separamos nos subtemas educação, saúde, emprego, segurança pública e transporte público. Na categoria Política

identificamos a maior parte dos trabalhos e os subdividimos em corrupção, eleições, finanças públicas, Executivo, Legislativo e Judiciário.

O fato de a maior parte tratar diretamente de temas políticos, 64 trabalhos citados, evidencia uma noção de fiscalização do poder público na prática deste grupo de jornalistas mapeado na pesquisa. Um destaque para os especiais relacionados ao Legislativo, 18 do total dos trabalhos, pois corresponde a 28% do total, sendo a maior porcentagem entre as subcategorias do tema política. É possível inferir que o Legislativo tem uma cultura de maior transparência em relação ao Executivo e ao Judiciário pela maior quantidade de especiais com dados públicos, também impulsionado pela natureza da Casa onde convivem partidos políticos opostos, com disputas, pesos e contrapesos internos. Outro indicador de que o Executivo e Judiciário criam mais barreiras para o acesso aos dados públicos está nas pautas jornalísticas que abordam a LAI problematizando a dificuldade de acesso a dados públicos nesses dois poderes, em função da classificação de documentos secretos e ultrassecretos. Para além dos trabalhos indicarem uma transparência maior no Legislativo, destaca-se também o potencial dos dados gerarem modalidades comunicativas personalizadas, como o Basômetro e o Ruralômetro.

Outro destaque fica para os trabalhos com dados sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) somando 11 citações entre os respondentes. A prova é realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que elabora o censo da Educação Superior entre outros estudos, e publica as estatísticas e dados em uma página acessível para o cidadão, inclusive com a possibilidade de baixar microdados do Enem, Enade, do censo escolar, censo do ensino superior, Saeb, outros. Podemos inferir que a pauta de educação é um tema importante para os jornalistas respondentes, que além de considerarem a pauta relevante, acreditam que ela representa um bom uso e apropriação de dados públicos para promover o debate público por meio dos jornais.

Tanto o Legislativo federal quanto o Ministério da Educação por meio do Inep são órgãos estimulados à publicização por meio das políticas públicas de transparência digital, no entanto, observa-se também uma atuação relevante dos atores de comunicação pública no sentido de disponibilizar os dados e comunicar as informações para gerar conhecimento sobre os poderes. Atuam não apenas jornalistas, mas as assessorias de comunicação, os pesquisadores dos órgãos, os políticos propriamente ditos vinculados aos órgãos e outros atores que suportam a rede para gerar o debate.

Entre os jornais mais citados estão a Folha de São Paulo, com 22 trabalhos, o Estadão, com 16, a GaúchaZH também com 16 e o O Globo, com dez. GaúchaZH e Folha de São Paulo são os que mais se destacam no tema política e o Estadão entre os temas vitais. O Globo foi indicado 5 vezes para político e 5 para vitais. O único exemplar de trabalho de tema sensível foi publicado pelo GZH. Este recorte não pode ser generalizado, ou seja, não podemos afirmar que os trabalhos com dados públicos da Folha são majoritariamente no tema política, mas podemos inferir que, entre o grupo de jornalistas de dados no Brasil, o trabalho com dados do jornal Folha de São Paulo no tema política serve como referência.

Também podemos inferir que entre os jornalistas que se identificam e fazem uso e apropriação de dados públicos digitais há uma preocupação menor com pautas sensíveis que tratem de costumes e comportamentos sociais. E quando os temas sensíveis são abordados, como preconceitos contra mulheres e minorias, eles trazem o viés da violência – o que os transfere para a temática vital de segurança pública. Podemos ainda inferir que o ethos de fiscal do poder, para o grupo entrevistado, está vinculado majoritariamente a temas e subtemas políticos.

## 5. Considerações finais

Este artigo identificou Política como o tema mais abordado pelos praticantes de jornalismo de dados. Entendemos esse resultado como evidência de avanço da implementação das políticas públicas de transparência digital que permitiu o acesso aos documentos na íntegra, de apropriação competente dos jornalistas não só dos dados públicos em si, mas das técnicas de extração, análise e interpretação desses dados e de reforço do ethos do jornalista como fiscal do poder, papel reivindicado pelo campo profissional nas disputas estabelecidas nos debates de comunicação pública.

Apesar do entendimento do avanço da implementação das leis que permitiu a prática das modalidades comunicativas do jornalismo estudadas neste artigo, ainda há percalços e preocupações. Observamos que a maior parte dos trabalhos se refere a dados públicos Executivo e Legislativo Federais, o que é coerente considerando que as demais instâncias ainda engatinham na disponibilização dos arquivos com periodicidade e em formatos aptos a leitura por meio de softwares. Os casos dos dados ocultados como os do Ministério das Relações Exteriores discutido na análise preocupam por indicar possíveis retrocessos na implementação

da lei e das políticas públicas de transparência ou mesmo o despreparo dos órgãos públicos e de seus funcionários para se adequar à lei. Outro ponto de alerta está nas possíveis brechas que a lei permite para ocultar as intencionalidades estratégicas de governantes instituídos de poder para dar visibilidade ou não a documentos.

Apesar de as próprias reportagens analisadas no artigo mostrarem as limitações e o enfrentamento à tentativa de ocultação de dados por parte do Estado, a normativa passa a ser aliada do jornalista, que apropriado de método de apuração e competência para lidar com a extração, leitura e interpretação dos dados e se torna um ator relevante para pautar um debate público qualificado. Entendemos que a competência de extração dos dados associada à competência de leitura e interpretação dos mesmos atribui ao jornalista maior autonomia em relação a fontes políticas e assessorias de imprensa.

Portanto, consideramos os achados desta análise sobre tematizações política, vital e sensível uma evidência que reforça o ethos de fiscal do poder reivindicado pelo campo profissional do jornalismo. Os temas trazidos à tona são considerados temas de interesse público aptos a mobilizar demais atores sociais e suas redes de comunicação para provocar o debate público entendido como um indicador central da qualificação da democracia brasileira.

## Referências

ALBUQUERQUE, Afonso de. A mídia como “Poder Moderador”: uma perspectiva comparada. **Trabalho apresentado no XVII Encontro da Compós. São Paulo**, p. 3-6, 2008.

ALENCASTRO, Catarina; LEALI, Francisco. Itamaraty propõe burlar lei para proteger Lula. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 jun. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/itamaraty-propoe-burlar-lei-para-protger-lula-16423390>. Acesso em: 4 fev. 2019.

BARBOSA, S. 2006. O que é Jornalismo Digital em Base de Dados. In: Encontro Anual da Compós, XV, Bauru, 2006. Disponível



em: [http://www.academia.edu/15328433/O\\_QUE\\_%C3%89\\_JORNALISMO\\_DIGITAL\\_EM\\_BASES\\_DE\\_DADOS\\_1](http://www.academia.edu/15328433/O_QUE_%C3%89_JORNALISMO_DIGITAL_EM_BASES_DE_DADOS_1). Acesso em: 12/05/2016.

BARBOSA, S. 2007. Jornalismo Digital em Base de Dados ( JDBD): um paradigma para produtos jornalísticos digitais dinâmicos. Salvador, BA. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, 331 p.

BRASIL possui ao menos 58 mil autoridades, de 40 cargos, com foro especial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 abri. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/brasil-possui-ao-menos-58-mil-autoridades-de-40-cargos-com-foro-especial.shtml>. Acesso em: 12 fev. 2019.

BRENOL, Marlise Viegas. Transparência digital e jornalismo: modalidades comunicativas com uso de dados públicos. 2019.

BRADSHAW, P. 2014. O que é Jornalismo de Dados. Manual de Jornalismo de Dados. Disponível em: [http://datajournalismhandbook.org/pt/introducao\\_0.html](http://datajournalismhandbook.org/pt/introducao_0.html). Acesso em: 15/05/2015.

BRADSHAW, Paul. The inverted pyramid of data journalism <https://onlinejournalismblog.com/2011/07/13/the-inverted-pyramid-of-data-journalism-part-2-6-ways-of-communicating-data-journalism/> 2012, online

BRADSHAW, Paul. 6 ways of communicating data journalism (The inverted pyramid of data journalism part 2) 2012,   
online <https://onlinejournalismblog.com/2011/07/13/the-inverted-pyramid-of-data-journalism-part-2-6-ways-of-communicating-data-journalism/>

BRADSHAW, Paul. Datajournalism with an impact <https://datajournalism.com/read/handbook/two/situating-data-journalism/data-journalism-with-impact>

BUBLITZ, Juliana. Raio X das finanças do RS: como Rigotto, Yeda e Tarso administraram as contas. **GaúchaZH**, Porto Alegre, 28 set. 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2018/09/raio-x-das-financas-do-rs-como-rigotto-yeda-e-tarso-administraram-as-contas-cjmkxq7400cp01rxdlcp9xat.html>. Acesso em: 20 fev. 2019.

CAESAR, Gabriela; REIS, Thiago. Brasil registra quase 60 mil pessoas assassinadas em 2017. **Portal G1**, Rio de Janeiro, 22 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/brasil-registra-quase-60-mil-pessoas-assassinadas-em-2017.ghtml>. Acesso em: 21 jan. 2019.

COUTINHO, Felipe. Filho de Gilmar comprou cotas de faculdade por R\$ 12 milhões no mesmo dia de empréstimo do Bradesco. **BuzzFeed News**, 24 out. 2017. Disponível em:

<https://www.buzzfeed.com/br/filipecoutinho/filho-de-gilmar-comprou-cotas-de-faculdade-por-r-12-milhoes>. Acesso em: 25 fev. 2019.

GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide: para uma Teoria Marxista do Jornalismo. Repositório UFSC, Dissertação de Mestrado, 1987.

GRAY, J.; BOUNEGRU, L.; CHAMBERS, L. 2014. Manual de Jornalismo de Dados, 2014. Disponível em: <http://datajournalismhandbook.org/pt/>. Acesso em: 01/12/2014. HACKETT, K. 2013. Journalism Data Age. Quill

HANNEMAN, Robert A.; RIDDLE, Mark. **Introduction to social network methods**. 2005. *E-book*. Disponível em: [http://faculty.ucr.edu/~hanneman/nettext/Introduction\\_to\\_Social\\_Network\\_Methods.pdf](http://faculty.ucr.edu/~hanneman/nettext/Introduction_to_Social_Network_Methods.pdf).

HARTMANN, Marcel. Casamentos caíram pela metade no RS de 2015 para 2018, seguindo tendência nacional. **GaúchaZH**, Porto Alegre, 9 jan. 2019. Comportamento. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2019/01/casamentos-cairam-pela-metade-no-rs-de-2015-para-2018-seguindo-tendencia-nacional-cjqochsrs0q4m01pixreh2z0p.html>. Acesso em: 22 fev. 2019

LEALI, Francisco. Lei de acesso é desrespeitada por órgãos do governo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 maio 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/lei-de-acesso-desrespeitada-por-orgaos-do-governo-16110382>. Acesso em: 12 fev. 2019.

MAGALHÃES, Ana *et al.* Ruralômetro: medindo a febre ruralista dos deputados. **Repórter Brasil**, 2019. Disponível em: <https://ruralometro.reporterbrasil.org.br/>. Acesso em: 22 fev. 2019.

MEYER, Philip. Precision Journalism, a reporter's introduction to Social Science Methods. Rouman & Littlefield, 2002

MENEGAT, Rodrigo; LAGO, Cecília. Como votou sua vizinhança? Explore o mapa mais detalhado das eleições. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27 out. 2018. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/infograficos/politica.como-votou-sua-vizinhanca-explore-o-mapa-mais-detalhado-das-eleicoes,935858>. Acesso em: 22 fev. 2019.

PARK, Robert E. Notícia e poder da imprensa. In: BERGER, Christa.; MAROCCO, Beatriz. **A Era Glacial do Jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 71-82.

SASSINE, Vinicius. Sistema de transplantes no Brasil sofre com falta de transporte aéreo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 jun. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/sistema-de-transplantes-no-brasil-sofre-com-falta-de-transporte-aereo-19444859>. Acesso em: 28 jan. 2019.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

STAVELIN, E. (2013). Computational journalism: when journalism meets programming. Bergen: University of Bergen.

TOLEDO, José Roberto de; SALDAÑA, Paulo; BURGARELLI, Rodrigo. Gasto com Fies cresce 13 vezes e chega a R\$ 13,4 bi, mas ritmo de matrículas cai. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 fev. 2015. Disponível em:

<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,gasto-com-fies-cresce-13-vezes-e-chega-a-r-13-4-bi-mas-ritmo-de-matriculas-cai-imp-,1634714>. Acesso em: 2 fev. 2019.

TRÄSEL, Marcelo Ruschel et al. Entrevistando planilhas: estudo das crenças e do ethos de um grupo de profissionais de jornalismo guiado por dados no Brasil. 2014.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/2144/1637>. Acesso em: 14 abr. 2018.

WEBER, Maria Helena. Nas rede de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. IN WEBER, Maria Helena; LOCATELLI, Carlos; PFEIFER COELHO, Marja (org.) Comunicação Pública e Política, pesquisa e práticas, editora Insular, Florianópolis, 2017.